

Desconhecimento no ES

ROBERTO GARCIA SIMÕES

Começamos o século 21 no ES com 267.286 analfabetos de 10 anos ou mais de idade, segundo o Censo 2000, IBGE. 65% estão no urbano. É pouco maior o número de analfabetos masculinos. Apesar da taxa de alfabetização no ES ter subido de 83,6%, em 1991, para 89,4%, em 2000 – a oitava do país, o percentual de mais de 10% de analfabetos na população de 10 anos ou mais de idade agride as exigências mínimas da sociedade do conhecimento. A maior taxa de alfabetização é a do DF, 94,8%, seguida pela de SC, 94,3%.

Essa desconfortável presença do analfabetismo no ES se dá de forma diferenciada no território estadual. A maior taxa de alfabetização é a de Vitória, 95,7%; a menor, encontra-se em Ibitirama, 76,8%. Depois de Vitória, seguem Vila Velha, 94,9%; Serra, 92,2%; Cariacica, 91,7% e Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari, 93,5%. Assim, as melhores taxas de alfabetização estão na Grande Vitória, contrastando com as referências nacionais. Quanto as piores, depois de Ibitirama vêm Água Doce do Norte, 76,9%; Mucurici, 77%, Presidente Kennedy, 77,2%; Porto Belo, 77,6% e Ecooporanga, 77,8%. É marcante a concentração do analfabetismo no extremo Norte do ES e em municípios no sul do Estado. O município mais alfabetizado no Brasil é São José do Oeste (SC), 99,2%; o menos, Itamarati (AM), 40,9%.

Se não bastasse o deplorável analfabetismo clássico, a situação no ES se agrava quando se considera o analfabeto funcional, definido como aquele que estudou menos de quatro anos. Essa pessoa sabe escrever o nome, mas tem dificuldade para redigir ou interpretar um texto. Das 844.096 pessoas responsáveis

pelos domicílios, onde cresce a presença das mulheres, 31,5% delas têm menos de quatro anos de estudo. Essa deficiência escolar traz implicações na renda: 71% das pessoas responsáveis pelas famílias no ES ganham menos de cinco salários mínimos. A escolaridade média das pessoas responsáveis pelos domicílios passou de 4,8 anos, em 1991, para 5,7 anos, em 2000 – a nona do país. A maior escolaridade média dessas pessoas está no DF, 8,2 anos, seguida pela do RJ, 7,1 anos; a pior, é a do Piauí 3,5 anos.

Para que se possa avaliar a magnitude dos desafios básicos que estão colocados para uma política ativa de trabalho e de distribuição de renda no ES basta tomar

que 65% das pessoas responsáveis pelas famílias não completaram oito anos de estudo. Quais são as propostas educacionais existentes para ampliar a escolaridade dessa parcela da população que há muito tempo está distante da escola? Um dos projetos exitosos nesse sentido está sendo realizado na escola implantada pela CST na CST.

Ao mesmo tempo em que ainda está presente uma situação la-

mentável de desconhecimento no ES, a sociedade do conhecimento não só coloca novas exigências educacionais como disponibiliza novas tecnologias para dar conta de velhos desafios. Está em curso o projeto de Educação a Distância desenvolvida na Ufes. Portanto, como se apropriar do conhecimento disponível para nos livrarmos das amarras do desconhecimento é um dos assuntos estratégicos para o desenvolvimento humano no ES.

ROBERTO GARCIA SIMÕES escreve às quartas-feiras nesta coluna

■ e-mail: roberto@npd.ufes.br

